

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PRONAF, PAA E DO PNAE NO MUNICÍPIO DE CERRITO/RS

JULIANA LIMA FAGUNDES¹; GIANCARLA SALAMONI²

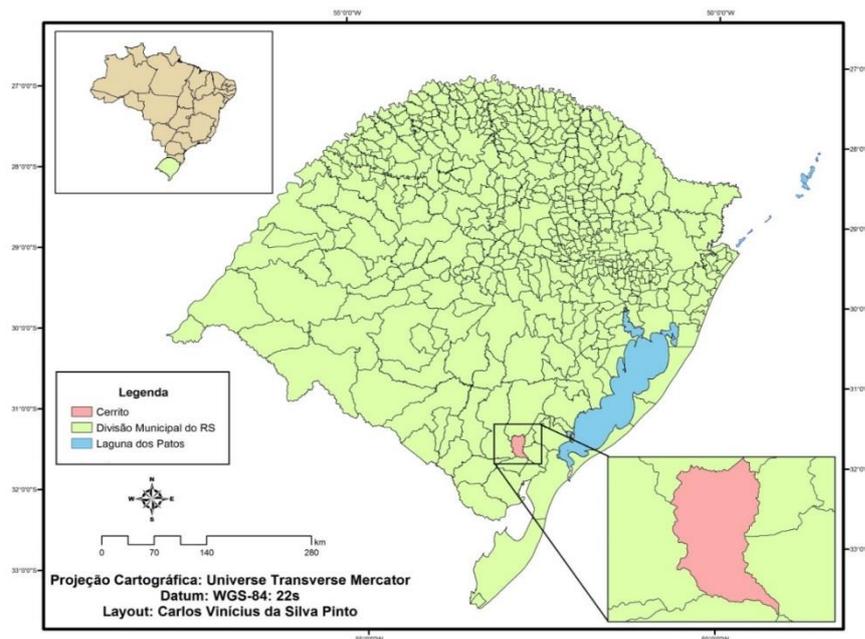
¹Universidade Federal de Rio Grande (FURG) – juh.geo@hotmail.com

²Universidade Federal de Rio Grande – gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade investigar as relações entre as Políticas Públicas e Agricultura Familiar, tendo como estudo de caso o PRONAF, PAA e o PNAE no Município de Cerrito/RS. Cerrito encontra-se situado geograficamente no Extremo Sul do Estado do Rio Grande do Sul (figura 1) e, de acordo com o IBGE (2010), o município possui uma população de 6.402 habitantes.

Localização do estado do Rio Grande dos Sul e do município de Cerrito



Fonte: Adaptado do IBGE(2010) por Carlos Vinicius da Silva Pinto, 2013.

Nota-se que nos últimos anos, o campo de pesquisa sobre o tema da agricultura familiar vem sendo bastante discutido por diversos estudiosos, desafiando-os a buscar novas contribuições, tanto teóricas quanto empíricas, a partir de trabalhos de pesquisas relacionados aos estudos rurais.

Compreende-se que a agricultura familiar é uma categoria analítica que não é recente, muitas terminologias já foram empregadas ao longo do tempo para se referir ao mesmo sujeito o agricultor familiar, entre elas, podemos citar o camponês, pequeno produtor, pequeno proprietário, agricultor de subsistência, entre outras designações. Esse caráter polissêmico deve-se ao seu próprio desenvolvimento em contextos espaciais específicos e as transformações históricas operadas nessa categoria e, também, pelo resultado das novas

percepções sobre o mesmo sujeito social, a partir de diferentes abordagens teóricas.

De acordo com NEVES (2007), no campo de estudo das Ciências Sociais e na construção de projetos agrônômicos, o termo agricultura familiar raramente aparecia. Já a partir de 1990, percebeu-se um interesse maior por parte do governo pela agricultura familiar no Brasil, teve-se, então, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária, onde este possui uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Tal fato se materializou em políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), financiando projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, entre outros grupos de agricultores.

Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a fim de colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e para fortalecer a agricultura familiar. Também o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) que garante às famílias agricultoras preços mínimos para seus produtos, e, por meio da Lei nº 11.947/2009, a agricultura familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (MDA, 2012)

Os agricultores familiares conquistaram também uma política pública de direito, em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais, com caráter normativo. No entanto, para que a agricultura familiar se fortaleça, é indispensável que se tenha políticas públicas diferenciadas que atendam as demandas dos agricultores famílias no espaço rural. Segundo MANTELLI e MOURA (2011):

A agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos e ocupa a maioria das pessoas no campo. Para reproduzir esse processo, algumas ações são necessárias como: atender as demandas dos produtores, estabelecer compromissos, viabilizar a produção, industrialização e comercialização, assim como o acesso a crédito e novas tecnologias. (MANTELLI e MOURA, 2011, p.11)

A partir da abordagem teórica proposta, esse estudo partiu dos seguintes questionamentos:

- ✓ Existe algum tipo de projeto, ação, estratégias na escala local voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e visando o desenvolvimento rural?
- ✓ Em que medida as políticas públicas atendem as demandas dos agricultores familiares do município de Cerrito/RS?
- ✓ Quais as facilidades e dificuldades que os agricultores familiares encontram em acessar as políticas públicas?

Nesse contexto, tem-se como objetivo geral compreender as relações entre as políticas públicas voltadas para a agricultura município de Cerrito/RS. Assim como, dentre objetivos específicos, busca-se identificar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar e seus reflexos na agricultura familiar local; analisar as repercussões das políticas públicas como PRONAF, PAA e PNAE, na ótica dos agricultores familiares do município.

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de encontrar as respostas para o problema de pesquisa, bem como para as questões norteadoras, será realizada uma pesquisa de cunho quanti-qualitativa. A pesquisa qualitativa fundamenta-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. “Se tem uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.” (SILVA e MENDES, 2013, p. 205)

Destarte, inicialmente foi necessário fazer um aprofundamento bibliográfico e discussão dos pressupostos teórico-metodológicos sobre a temática acerca da agricultura familiar e políticas públicas, de forma geral a fim de dar suporte necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

Esta pesquisa é pautada também sobre a análise de dados de fontes secundárias, a saber: banco de dados sobre as políticas públicas em questão, levantamento no Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE); cadastros do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros.

No que tange a obtenção de informações primárias, foi realizada no ano de 2013 e 2014 pesquisa de campo preliminar, por meio de entrevistas, com representantes da Secretaria Municipal de Educação, EMATER, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e da Agricultura e da Associação de Agricultores Familiares. Pondera-se que na entrevista “a interlocução é mais profunda e equilibrada, porque se limita ao esquema pergunta-resposta, podendo ocorrer um diálogo orientado por uma temática” (VENTURI, 2011, p. 455)

Cabe salientar, que este trabalho ainda encontra-se em fase de desenvolvimento, portanto, serão apresentados apenas resultados preliminares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município tem sua organização socioespacial caracterizada pela presença de propriedades rurais de caráter familiar, tendo como maior expressão a produção leiteira, o milho, a soja, o pêssego, o arroz e a avicultura. Na produção leiteira destaca-se a criação de gado da raça Jersey com a produção de matrizes leiteiras, reconhecida por sua categoria genética, essa raça produz leite de excelente qualidade, em torno de 9 milhões de litros ao ano. A maior parte dos agricultores familiares do município produzem alimentos para o autoconsumo e quando ocorre o excedente de produção este é destinado à venda.

Com relação ao tipo de propriedade presente no município estas são, principalmente de caráter familiar, correspondendo uma área até 50 hectares. Os principais tipos de atividades produtivas (produção animal leite e vegetal) do município estão voltados tanto para o mercado quanto para o autoconsumo. A produção da soja vem crescendo nos últimos anos em Cerrito, juntamente com a produção de milho. O cultivo de hortaliças é ainda pouco expressivo para o mercado, sendo destinado basicamente para o autoconsumo. A produção animal de maior destaque é o leite, sendo este produto comercializado junto às cooperativas de laticínios. No que tange a produção do município, aparece como maior expressão a produção leiteira, o milho, soja, pêssego e o arroz.

Sobre as Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar que existem no município foi constatado que são o PRONAF, PNAE e PAA, sendo estas de competência da esfera federal e o programa RS Mais Igual, promovido pelo governo estadual.

Pode-se perceber através de pesquisa de campo preliminar realizada em Cerrito/RS que o PNAE representa um importante estímulo para a agricultura

familiar do município ao oferecer produtos locais para a merenda escolar, e a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos possibilitou mais uma opção de mercado para os produtos da agricultura familiar. Observou-se, também, que o objetivo da Prefeitura, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, é possibilitar o acesso às políticas públicas, estimulando os agricultores familiares a aumentar a oferta de alimentos para os mercados institucionais, no sentido de ampliar a renda familiar com o emprego da mão de obra da própria família.

4. CONCLUSÕES

Neste contexto, pode-se perceber que as políticas públicas do PRONAF, PNAE, PAA, e o RS Mais Igual estão presentes no município. E, que as relações entre os agricultores e as instituições são bem simplificadas e de fácil acesso.

Com relação aos benefícios dessas políticas no contexto local pode-se destacar o estímulo à diversificação produtiva, valorização dos produtos locais, ampliação dos canais de comercialização e geração de renda para as famílias rurais.

Dentre as diversas funções da agricultura familiar, pode-se identificar neste estudo, a possibilidade de reprodução socioeconômica das famílias rurais, assim como, a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e dos consumidores de alimentos produzidos por elas, devido a adesão às políticas públicas como o PRONAF, PAA e PNAE.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANTELLI, J.; MOURA, J. F.S. de. **Produção alimentar de base ecológica na agricultura familiar.** Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/.../2432/2328. Acesso em: Setembro. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Medeiros e SUZUKY, Júlio César (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-26.

SILVA, Juniele Martins Silva; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Glaucio José [et al.]. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 542 p.

VENTURI, L. A. B. Técnicas de interlocução. In: VENTURI, L. A. B. (org) **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula.** São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: censo2010.ibge.gov.br